

DESIGUALDADES EM SAÚDE GINECOLÓGICA: ESTRATÉGIAS DE INTERVENÇÃO E IMPACTO DAS INICIATIVAS DE SAÚDE PÚBLICA

AUTOR

Alice MAGALHÃES

Tiago Vieira da SILVA

Yasmin Alves de SOUZA

Discentes do Curso de Medicina- UNILAGO

Silvia Messias BUENO

Docente do Curso de Medicina- UNILAGO

RESUMO

Ao longo da história, as mulheres têm enfrentado barreiras únicas relacionadas à sua saúde reprodutiva e sexual, exacerbadas por fatores socioeconômicos, culturais e de gênero. Apesar dos avanços na medicina e na saúde pública, as disparidades persistem em muitas regiões do mundo, com mulheres em comunidades marginalizadas enfrentando dificuldades significativas no acesso a serviços de saúde ginecológica de qualidade. A falta de educação sexual, violência de gênero e estigma em torno de certas condições ginecológicas contribuem para um cenário desafiador para a promoção da saúde das mulheres. A evolução na abordagem da saúde ginecológica requer uma perspectiva holística, considerando não apenas aspectos clínicos, mas também fatores sociais, culturais e econômicos. Nesse sentido, é fundamental que a saúde pública e os profissionais da saúde intervenham de maneira eficaz. Essa abordagem colaborativa e integrada é essencial para garantir que todas as mulheres tenham a oportunidade de alcançar uma saúde ginecológica ótima e equitativa.

PALAVRAS - CHAVE

Saúde da Mulher, Desigualdade, Ginecologia

ABSTRACT

Throughout history, women have faced unique barriers related to their reproductive and sexual health, exacerbated by socioeconomic, cultural and gender factors. Despite advances in medicine and public health, disparities persist in many regions of the world, with women in marginalized communities facing significant difficulties in accessing quality gynecological healthcare services. The lack of sexual education, gender-based violence and stigma surrounding certain gynecological conditions contribute to a challenging scenario for promoting women's health. Evolution in the approach to gynecological health requires a holistic perspective, considering not only clinical aspects, but also social, cultural and economic factors. In this sense, it is essential that public health and health professionals intervene effectively. This collaborative and integrated approach is essential to ensuring that all women have the opportunity to achieve optimal and equitable gynecological health.

Keywords: Women's Health, Inequality, Gynecology

1. INTRODUÇÃO

A política atual de atenção integral à saúde das mulheres propõe a incorporação do princípio da integralidade e da dimensão de gênero nas práticas profissionais. As mulheres usuárias enfrentam situações de desigualdades de classe e de gênero, além de se submeterem a relações desiguais e autoritárias no serviço (COELHO et. al. 2009).

A saúde ginecológica feminina é um tema de grande complexidade, abarcando aspectos físicos, mentais, sociais e emocionais. Ao longo dos tempos, as mulheres têm enfrentado uma série de desafios específicos relacionados à sua saúde reprodutiva e sexual, muitas vezes agravados por disparidades socioeconômicas, culturais e de gênero. É fundamental reconhecer e abordar essas desigualdades em saúde ginecológica, considerando o contexto das disparidades existentes e defendendo a necessidade de desenvolver estratégias de intervenção por meio de iniciativas de saúde pública. Um atendimento ginecológico adequado é essencial não apenas para a promoção da saúde física, mas também para o bem-estar mental e emocional das mulheres, destacando-se como um pilar fundamental na busca pela equidade e qualidade de vida (AMARAL et. al., 2023; GALVÃO, 2023).

No Brasil, as mulheres enfrentam uma gama diversificada de desafios em relação à sua saúde ginecológica, influenciados pelo contexto cultural, socioeconômico e geográfico do país. Barreiras como a falta de acesso a serviços de saúde apropriados, tabus enraizados na cultura em torno da saúde reprodutiva e obstáculos estruturais, como a pobreza e a discriminação de gênero, contribuem para as disparidades observadas na saúde ginecológica das mulheres brasileiras. Essas desigualdades podem resultar em consequências significativas para a saúde das mulheres, como taxas elevadas de mortalidade materna, complicações obstétricas evitáveis e uma prevalência aumentada de doenças ginecológicas (SOARES et. al., 2021).

Apesar dos avanços notáveis na medicina e na saúde pública, as desigualdades em saúde ginecológica persistem. Mulheres em comunidades marginalizadas, áreas rurais, países em desenvolvimento e grupos étnicos minoritários enfrentam barreiras significativas no acesso a serviços de saúde ginecológica de qualidade. Além disso, a falta de educação sexual abrangente contribui para um cenário onde muitas mulheres não possuem o conhecimento necessário para tomar decisões informadas sobre sua saúde reprodutiva e sexual. Isso pode levar a consequências adversas, como gravidezes indesejadas, riscos aumentados de infecções sexualmente

transmissíveis e complicações durante a gravidez e o parto. A ausência de medidas eficazes para garantir a segurança das mulheres nessas áreas de atendimento também resulta em vulnerabilidade a abusos e violações dos direitos reprodutivos, minando ainda mais sua saúde e bem-estar geral (BOMBAS, 2017; GARCIA, 2016).

Ao longo dos anos, houve uma evolução significativa na compreensão e abordagem da saúde ginecológica da mulher. No entanto, ainda há muito a ser feito para garantir que todas as mulheres tenham acesso equitativo a serviços de saúde ginecológica de qualidade e cuidados abrangentes. A evolução nesse âmbito requer uma abordagem holística que leve em consideração não apenas aspectos clínicos, mas também fatores sociais, culturais e econômicos que influenciam a saúde das mulheres (NOVAIS et. al., 2024; MEDEIROS et. al., 2019).

Diante das desigualdades em saúde ginecológica, é imperativo que a saúde pública e os profissionais da saúde intervenham de maneira eficaz para abordar esses problemas. Isso envolve não apenas a implementação de iniciativas de saúde pública para melhorar o acesso a serviços ginecológicos, mas também a promoção ativa de medidas como a vacinação contra o HPV e o fornecimento de orientação abrangente sobre planejamento familiar. Além disso, é essencial a ampliação da educação sexual, visando capacitar as mulheres a tomar decisões informadas sobre sua saúde reprodutiva. Juntamente com essas medidas, é crucial eliminar estigmas em torno de certas condições ginecológicas, garantindo que todas as mulheres recebam tratamento sem discriminação ou preconceito (GALVÃO, 2023; VICTURI & BOLSONI-SILVA, 2022).

Os profissionais da saúde desempenham um papel fundamental nesse processo, devendo ser sensíveis às necessidades específicas das mulheres e oferecer cuidados compassivos e culturalmente sensíveis, levando em consideração suas circunstâncias individuais e contextos sociais. Somente através de uma abordagem colaborativa e integrada, é possível garantir que todas as mulheres tenham a oportunidade de alcançar uma saúde ginecológica ótima e equitativa, assim o objetivo deste trabalho foi realizar uma revisão da literatura referente as desigualdades em saúde ginecológica, suas estratégias de intervenção e impacto das iniciativas de saúde pública.

2. METODOLOGIA

A metodologia adotada para esta revisão bibliográfica compreendeu as seguintes etapas: inicialmente, foram definidos o assunto e o tema da pesquisa, delineando as palavras-chave, “Saúde da Mulher”, “Desigualdade”, “Ginecologia” e os tópicos a serem abordados com base na elaboração do texto. Em seguida, foram identificadas fontes de dados confiáveis e relevantes, incluindo PubMed, Scielo e Google Scholar, bem como bibliotecas digitais e sites de organizações de saúde. Posteriormente, uma busca sistemática de artigos científicos foi conduzida, utilizando as palavras-chave definidas, com critérios de inclusão e exclusão estabelecidos de acordo com os objetivos da revisão, que é informar e contribuir com a saúde da mulher. Os artigos selecionados foram então analisados criticamente para extrair informações pertinentes relacionadas aos tópicos discutidos, seguido pela síntese e organização dos resultados de acordo com a estrutura estabelecida. Por fim, o artigo foi redigido e revisado, conforme as diretrizes de submissão da revista.

3. REVISÃO DA LITERATURA

As desigualdades em saúde desnudam uma das facetas das desigualdades prevalentes entre os seres humanos e as evidências sobre a importância dos determinantes sociais na explicação das desigualdades observadas na saúde são sólidas. E embora haja claros posicionamentos acadêmicos e políticos que favorecem a

implementação de ações sobre os determinantes das desigualdades em saúde, políticas para as amenizar têm sido escassamente implementadas como parte das políticas públicas dos governos nacionais (BARRETO, 2017).

A saúde da mulher no Brasil é uma questão de grande relevância, refletindo desafios e disparidades que demandam atenção urgente. Segundo dados da Organização Mundial da Saúde (OMS), embora o país tenha feito progressos significativos na redução da mortalidade materna e no acesso a serviços de saúde básicos, persistem desigualdades marcantes. Mulheres em regiões remotas, comunidades marginalizadas e grupos étnicos minoritários enfrentam barreiras significativas no acesso a cuidados ginecológicos e obstétricos de qualidade. Além disso, a prevalência de doenças sexualmente transmissíveis, incluindo o HPV, permanece um desafio de saúde pública. Para enfrentar esses desafios, são necessárias políticas públicas abrangentes que visem não apenas a expansão dos serviços de saúde, mas também a promoção de educação sexual abrangente, o fortalecimento do planejamento familiar e a eliminação de estigmas em torno da saúde reprodutiva. Essas medidas são essenciais para garantir que todas as mulheres brasileiras tenham acesso equitativo a uma saúde ginecológica ótima e integral (BOMBAS, 2017).

Até 2015, a Organização Mundial de Saúde (OMS) estabeleceu metas para que todos os estados membros se comprometessem e implementassem medidas para melhorar o acesso à saúde, incluindo a saúde sexual e reprodutiva. Na Europa, progressos significativos foram alcançados nos últimos 15 anos em relação aos indicadores de saúde sexual e reprodutiva. Globalmente, os dados nacionais refletem resultados favoráveis em comparação com a média europeia: a mortalidade perinatal diminuiu de 6,9 por 1.000 nascimentos em 2000 para 3,7 em 2013; enquanto a mortalidade materna, embora tenha aumentado de 2,5 para 7 mortes por 100.000 nascimentos no mesmo período, permaneceu abaixo de 10 mortes por 100.000 nascimentos desde 1990, com flutuações anuais. A prevalência do uso de contraceptivos aumentou de 79% em 2005 para 94% em 2015 entre mulheres sexualmente ativas. O número de abortos também reduziu de 211 para 186 por 1.000 nascimentos vivos em 2011 e 2015, respectivamente. Além disso, houve uma tendência decrescente na incidência de infecção pelo HIV entre 2000 e 2015 (BOMBAS, 2017).

Com base em um estudo transversal realizado entre setembro e janeiro de 2015, envolvendo 261 gestantes de baixo risco em diferentes locais de saúde, foram identificados que diversos fatores sociodemográficos, obstétricos e comportamentais exercem influência significativa na qualidade de vida durante a gestação. Os resultados revelaram que gestantes de maior idade, com maior escolaridade, renda, parceiro estável e emprego remunerado tendem a apresentar uma melhor qualidade de vida. Além disso, gestantes com histórico de parto abdominal e aquelas que planejaram a gestação mostraram uma melhor qualidade de vida. O apoio do parceiro, orientações educativas, prática de atividade física e acompanhamento em serviços privados durante a gestação também foram associados a índices superiores de qualidade de vida. Esses achados destacam a importância de considerar esses fatores durante o atendimento pré-natal, visando melhorar a qualidade de vida das gestantes e promover uma gravidez saudável e satisfatória (SOARES et. al., 2021).

A violência obstétrica é qualquer ato de violência direcionado à mulher grávida, parturiente ou puérpera ou ao seu bebê, praticado durante a assistência profissional, que signifique desrespeito à sua autonomia, integridade física e mental, aos seus sentimentos, opções e preferências. Foi reconhecida pela Organização Mundial da Saúde, em 2014, como uma questão de saúde pública que afeta diretamente as mulheres e seus bebês. É importante destacar que 71,5% da população brasileira depende exclusivamente do Sistema Único de Saúde (SUS) logo, é necessário conhecer a realidade dos espaços de saúde onde a maioria dos brasileiros faz uso. As pessoas vítimas de violência obstétrica sofrem consequências físicas e psicológicas. Essa violação dos direitos da mulher pode fazer com que elas fiquem traumatizadas e desenvolvam problemas como depressão pós-parto,

baixa autoestima, problemas com a sexualidade, além do medo de ter outros filhos. Dessa forma, acaba transformando em trauma um momento tão esperado pela parturiente e pela família (ARAÚJO et. al. 2022).

São diversas as formas de violência obstétrica, sejam elas físicas, psicológicas, sexuais ou institucionais. Todas elas impactam profundamente na vida das mulheres que passam por esse tipo de situação. As consequências psicológicas mais percebidas são traumas, pânico, depressão, ansiedade, medo, angústia, insegurança e baixa autoestima (SILVA, 2022).

Segundo a Organização Mundial da Saúde (OMS), para que as intervenções durante o trabalho de parto sejam reduzidas, é necessário haver a implementação de boas práticas do parto e nascimento, por meio de tecnologias leves na assistência obstétrica, fazendo desse momento mais humano e trazendo benefícios materno-infantil, além de proporcionar experiências positivas relacionadas ao processo de nascer na vida destes e de seus familiares (OLIVEIRA et. al., 2019).

No contexto da interrupção médica de gravidez (IG), o segundo motivo mais comum corresponde a "grave doença ou malformação congénita do nascituro", refletindo avanços científicos no diagnóstico pré-natal. Em países desenvolvidos, os rastreios e testes pré-natais são amplamente disponíveis, oferecidos a todas as mulheres independentemente dos fatores de risco individuais. Até o limite legal, é possível realizar estudos completos do feto para identificar a maioria dos defeitos morfológicos, fornecendo resultados conclusivos de exames genéticos e complementares quando necessários. O diagnóstico de uma condição fetal grave altera as expectativas da mulher e da família em relação à gravidez, oferecendo duas opções: interrupção da gravidez ou aceitação dos resultados. A OMS e sociedades científicas têm publicado recomendações para garantir uma IG eficaz, segura e com menor impacto físico e psicológico possível. Nesta edição, são apresentadas recomendações para atuação na IG no 2º e 3º trimestres e na morte fetal, visando oferecer uma orientação clínica atualizada e equitativa para todas as mulheres portuguesas (BOMBAS, 2017).

A consulta de Planejamento Familiar não deve ser apenas um espaço para aconselhamento sobre contracepção e cuidados pré e pós-concepcionais, mas também uma oportunidade fundamental para educar as mulheres sobre sua saúde global. Um estudo prospectivo observacional revelou que a maioria dos profissionais de saúde envolvidos nesse tipo de consulta promove estilos de vida saudáveis e realiza rastreios oncológicos ginecológicos. No entanto, há uma lacuna significativa na prevenção e abordagem da violência contra as mulheres e da mutilação genital feminina. Conclui-se, portanto, que a consulta de Planejamento Familiar desempenha um papel crucial na educação das mulheres sobre sua saúde a longo prazo, sendo essencial para seu bem-estar geral (AMARAL et. al., 2023).

O exame físico ginecológico desempenha um papel fundamental na prática clínica, fornecendo uma base sólida para uma abordagem diagnóstica individualizada, oportuna e humanizada das pacientes. Utilizando técnicas semióticas clássicas e começando com uma avaliação dos sinais vitais, o exame físico ginecológico consiste em uma minuciosa inspeção ectoscópica seguida por exames físicos especiais. Realizado em um ambiente apropriado, com atenção à importância e à segurança, o exame físico oferece uma oportunidade única para detectar uma série de condições ginecológicas. O exame das mamas visa identificar nódulos e tumores, proporcionando tranquilidade quando os resultados são normais. Já o exame vulvar permite detectar problemas como prolapso de órgãos pélvicos, neoplasias e distúrbios de desenvolvimento sexual, além de contribuir para o diagnóstico de condições dermatológicas. O exame especular é essencial para a triagem do câncer de colo uterino, enquanto o toque genital, apesar de subjetivo, possibilita a avaliação dos órgãos genitais internos, fornecendo informações valiosas para a saúde ginecológica da mulher (GALVÃO, 2023).

A Terapia Analítico-Comportamental (TAC) é uma possível intervenção para casos de ansiedade e depressão. Victuri & Bolsoni-Silva (2022) em seu estudo descreveu os efeitos de uma intervenção semiestruturada no modelo de TAC em relação à ansiedade e depressão, comportamento, queixas e indicadores de satisfação. Os participantes incluíram três mulheres com filhos, relacionamentos conjugais e trabalho, com idades entre 34 e 41 anos e que apresentavam queixas compatíveis com transtornos de ansiedade e depressão. A intervenção utilizou o Promove - Saúde da Mulher (PSM), que incluiu 17 tópicos, a maioria deles relacionados a habilidades sociais. Os instrumentos incluíram o GAD-7 para ansiedade, PHQ-9 para depressão, IHS-2 Del Prette para habilidades sociais, uma lista de queixas para monitorar as demandas clínicas e uma Avaliação do Processo Terapêutico para descrever as taxas de satisfação dos clientes. Todas as três participantes mostraram melhorias confiáveis na ansiedade e/ou depressão, melhora na maioria das queixas e satisfação com a intervenção e seus resultados. O estudo coletou as primeiras evidências de resultados e satisfação para o PSM, possibilitando assim futuras investigações sobre a eficácia e utilidade clínica deste programa de intervenção.

A vacinação contra o vírus do papiloma humano (HPV) foi introduzida como parte da campanha de vacinação do Sistema Único de Saúde (SUS) no Brasil desde 2014, visando combater o HPV, o quarto maior fator de mortalidade por câncer em mulheres no país (SIMÕES & NUNES, 2022).

Simões & Nunes (2022) em seu trabalho analisou os possíveis impactos da campanha e compreender os motivos que influenciaram a adesão ao programa, com foco nas Regiões Norte e Sudeste do Brasil. Utilizando dados do banco de dados DATASUS-MS, a pesquisa abrangeu o período de janeiro de 2020 a setembro de 2021. As duas regiões foram selecionadas com base em informações sobre a incidência de câncer do colo do útero e aspectos socioeconômicos, destacando as desigualdades presentes no país. Embora a meta de vacinação para a campanha tenha sido estabelecida em 80%, observou-se uma queda na adesão entre as duas primeiras doses em ambas as regiões. No entanto, houve um aumento na realização de exames preventivos entre 2014 e 2018, indicando um estímulo gerado pela campanha na busca pela saúde ginecológica. Apesar disso, é evidente a necessidade de ampliar o alcance da saúde pública e abordar a campanha de forma contextualizada para garantir a proteção de mais meninas e mulheres contra o HPV e seus efeitos prejudiciais.

Para melhorar a saúde da mulher no Brasil, é crucial implementar medidas abrangentes na saúde pública, incluindo estratégias voltadas para saúde sexual, segurança e gestacional. Isso pode ser alcançado através de iniciativas que visam aumentar o acesso à educação sexual abrangente em escolas e comunidades, promovendo o empoderamento das mulheres para tomarem decisões informadas sobre sua saúde reprodutiva e contracepção. Além disso, é fundamental expandir os programas de vacinação contra o HPV e outras doenças sexualmente transmissíveis, garantindo o acesso equitativo a essas vacinas em todas as regiões do país. No que diz respeito à segurança, é imperativo fortalecer políticas e programas de combate à violência de gênero, oferecendo suporte e recursos para mulheres que enfrentam situações de abuso e violência doméstica (MEDEIROS et. al., 2019; GALVÃO, 2023).

Em relação à saúde gestacional, é essencial investir em cuidados pré-natais de qualidade, com ênfase na promoção de práticas de saúde preventivas e na realização de exames de rotina durante a gravidez. Além disso, é importante garantir o acesso universal a serviços de saúde reprodutiva, incluindo planejamento familiar e atendimento obstétrico de qualidade, visando reduzir complicações durante a gravidez e parto e melhorar os resultados de saúde materna e neonatal em todo o país. Essas medidas são essenciais para promover uma saúde integral e equitativa para as mulheres brasileiras (AMARAL et. al., 2023).

4. CONCLUSÃO

A saúde ginecológica das mulheres é inseparável de sua saúde física, mental, social e emocional, sendo afetada por fatores socioeconômicos, culturais e de gênero. Nesse contexto, é crucial que os profissionais de saúde adotem uma abordagem abrangente e sensível às necessidades específicas das mulheres, oferecendo cuidados compassivos e culturalmente adequados. Além disso, é fundamental promover a educação sexual abrangente, garantir o acesso universal a serviços de saúde reprodutiva e implementar políticas que combatam a violência de gênero. O papel do ginecologista é essencial nesse processo, atuando como um aliado na promoção da saúde ginecológica e no empoderamento das mulheres para tomarem decisões informadas sobre sua saúde. Investir em medidas preventivas, como exames ginecológicos regulares e vacinação contra o HPV, também é fundamental para reduzir o impacto de doenças ginecológicas e melhorar os resultados de saúde das mulheres. Em suma, é necessário um esforço conjunto de profissionais de saúde, formuladores de políticas e da sociedade em geral para enfrentar as desigualdades na saúde ginecológica e garantir que todas as mulheres tenham acesso a cuidados de saúde de qualidade e dignos.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AMARAL, P. P. et. al. A consulta de Planejamento Familiar como oportunidade-chave na vida da mulher: visão dos profissionais de saúde. **Acta Obstétrica e Ginecológica Portuguesa**, v. 17, n. 2, p. 129–133, 2023.

ARAUJO, F. H. N. et. al. Violência obstétrica nos hospitais públicos brasileiros: um estudo de revisão. **Saúde da Mulher**. 2022. Disponível em: https://www.galaxcms.com.br/imgs_redactor/4989/images/SADE%20DA%20MULHER%20TEORIA%20INTERVENO%20E%20PESQUISA.pdf. Acesso em: 04 de Abril de 2024.

BARRETO, M. L. Desigualdade em Saúde: uma perspectiva global. **Ciênc. saúde colet.** v.22, n.7, 2017..

BOMBAS, T. Saúde Sexual e Reprodutiva: onde estamos? **Acta Obstétrica e Ginecológica Portuguesa**, v. 11, n. 2, p. 74–75, 2017.

COELHO, E. A. C.; SILVA, C. T. O.; OLIVEIRA, J. F.; ALMEIDA, M. S. Integralidade do cuidado à saúde da mulher: limites da prática profissional. **Esc. Anna Nery**. v. 13, n.1, 2009.

SIMÕES, V. S.; NUNES, P. C. Adesão e impacto da campanha de vacinação contra o vírus do papiloma humano (HPV) sobre a saúde da população feminina através de uma análise comparativa das regiões norte e sudeste do Brasil. **Clin. biomed. res**, p. 21–26, 2022.

GALVÃO, R. O. Exame físico em ginecologia. **FEMINA**, p. 309–320, 2023.

GARCIA, L. P. A magnitude invisível da violência contra a mulher. **Epidemiologia e Serviços de Saúde**, v. 25, n. 3, p. 451–454, 2016.

MEDEIROS, R. et. al. Repercussions of using the birth plan in the parturition process. **Revista Gaúcha de Enfermagem**, v. 40, p. e20180233, 2019.

NOVAIS, E. M. D. F. et. al. Percepção de imagem corporal, características socioeconômicas e estilo de vida em mulheres participantes do ELSA-Brasil na Bahia, Brasil. **Cadernos de Saúde Pública (Impresso)**, v. 40, n. 2, 2024.

OLIVEIRA, P. S. et. al. Best practices in the delivery process: conceptions from nurse midwives. **Rev. Brasileira de Enfermagem**. v.72, p.455-462, 2019.

SILVA, S. E. O impacto da violência obstétrica na saúde da mulher. **Saúde da Mulher**. 2022. Disponível em: https://www.galaxcms.com.br/imgs_redactor/4989/images/SADE%20DA%20MULHER%20TEORIA%20INTERVENO%20E%20PESQUISA.pdf. Acesso em: 04 de Abril de 2024.

SOARES, P. et. al. Qualidade de vida relacionada à saúde de gestantes e fatores associados. **Acta Paulista De Enfermagem**, v. 34, 2021.

VICTURI, A. A.; BOLSONI-SILVA, A. T. Effects of Promove – Saúde da Mulher on anxiety, depression, social skills, and satisfaction: A single-subject design. **Psicologia: Reflexão e Crítica**, v. 35, n. 1, 14 jul. 2022.